



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E
LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN -RS**

**Pregão Eletrônico SRP nº41/2021
Processo Licitatório nº 87/2021**

Violação de Propriedade Intelectual.

Carta Patente nº PI 1104930-8

Carta Patente nº BR 202013019086-7

*CAMA EMPILHÁVEL PARA
CRIANÇAS

*DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA
APLICADA EM PÉ DE APOIO
ARTICULÁVEL

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **LAVS - Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda. - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.766.884/0001-06, com sede na ROD RS – 240, nº 1099, Portão - RS, representada neste ato por Jonatas Schneider Valdes, vem tempestivamente promover o presente **Recurso Administrativo** quanto ao **Pregão Eletrônico** em tela, ao fundamento de que *a licitante **Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli**, encontra-se em flagrante ilegalidade, ferindo diretamente a legislação em vigor, como se passa a demonstrar.*

(51) 3562.6047 | (51) 3106.9015 | lavs@lavs.ind.br | www.lavs.ind.br

Rodovia RS – 240, 1099 | Vila Aparecida | Portão | RS | CEP: 93.180-000

CNPJ: 11.766.884/0001-06 | Inscrição Estadual: 213/0036672

I. BREVE SÍNTESE DO PROCEDIMENTO

Na data e hora prevista, 04/06/2021 às 09h. de Brasília, iniciou sessão pública de licitação e, após transcurso normal, a empresa Alfabrink foi declarada vencedora, conforme registro em Ata de Sessão em relação ao *Item 19 – Caminhas Empilháveis, que entre suas características técnicas “Contém dois pés articuláveis localizados na parte central”*. Ocorre que o modelo ofertado ALFA BABY LUXO – 1052, não atende ao Termo de Referência em requisito técnico específico de Qualidade e Segurança, além de violar propriedade intelectual da recorrente, o que impõe sua desclassificação do certame pelas razões que seguem.

II. DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA POR VIOLAÇÃO DE PATENTE - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, MORALIDADE E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA - SANÇÕES DA LEI DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, DA LEI DE LICITAÇÃO E DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A recorrente é titular da Carta Patente nº BR 202013019086-7, devidamente concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), expedida em 26/11/2019, com validade de 15 anos contados a partir de 25/07/2013 (data do depósito), que garante a propriedade à Notificante da patente sobre o modelo de utilidade intitulado *disposição construtiva aplicada em pé de apoio articulável*.

Partindo deste princípio, ao analisarmos especialmente a REIVINDICAÇÃO, página 1/1, sob o título, verificamos que é de propriedade intelectual da recorrente: **DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA APLICADA EM PÉ DE APOIO ARTICULÁVEL**, após a expressão: caracterizado por, seguido pelas páginas 1/3, 2/3 e 3/3, constam todas as características construtivas específicas, bem como todos os desenhos em detalhes (item a item), que compõe o pé de apoio articulável.

Também a recorrente é titular da Carta Patente nº PI 1104930-8, devidamente concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), expedida em 11/08/2020, com validade de 20 anos contados a

(51) 3562.6047 | (51) 3106.9015 | lavs@lavs.ind.br | www.lavs.ind.br

Rodovia RS – 240, 1099 | Vila Aparecida | Portão | RS | CEP: 93.180-000

CNPJ: 11.766.884/0001-06 | Inscrição Estadual: 213/0036672

partir de 26/07/2011 (data do depósito), que garante a propriedade à Notificante da patente sobre invenção intitulada *cama empilhável para crianças*.

Visualmente, ao compararmos (pelas próprias imagens) os “pés articulados” modelo Alfabrink, verifica-se inclusive dificuldade em distinguir entre um e outro, ou seja, o que é de uma marca e o que é de outra, haja vista a fidelidade da cópia e extensão da violação da Carta Patente de titularidade da empresa LAVS:

Modelo da recorrida (Alfabrink)¹

Modelo da recorrente (LAVS)



Note-se que, diferentemente de outras empresas que também usam pés articuláveis, o pé articulável utilizado pela recorrida é idêntico ao da recorrente, em clara violação à propriedade intelectual.

Exemplo 1: Modelo da Brink Mobil

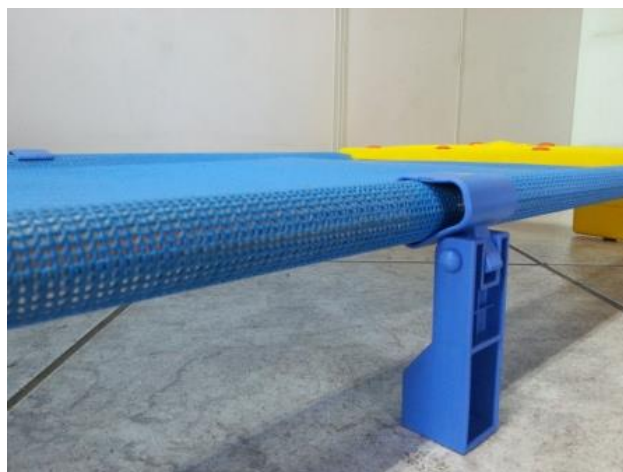
¹ Imagem do modelo Alfabrink através da página:

<https://www.alfabrincaminhas.com.br/alfababyluxo?lightbox=dataitem-jryvor2k3>

(51) 3562.6047 | (51) 3106.9015 | lavs@lavs.ind.br | www.lavs.ind.br



Exemplo 2: Modelo da Cortech



Atente-se que a recorrida Alfabrink tem buscado “respaldar a *ilegalidade praticada* apresentando a Carta Patente nº BR 202019002126-3, registrada em seu nome. Entretanto, basta uma mera leitura para verificar que nessa Carta Patente não há registros das características construtivas dos “pés articulados”. Ademais, a Carta Patente nº BR 202019002126-3 já está sob contestação em outros dois processos administrativos de nulidade (fato que pode ser diligenciado em pesquisa junto ao site do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Evidentemente, a concessão de uma Carta Patente não outorga ao seu titular direito de violação de outras - no caso, a contrafação praticada pela recorrida (uso não autorizado da propriedade intelectual de outrem).

A violação da propriedade intelectual (patente) fere diretamente a legislação em vigor e acarreta consequências de ordem criminal, cível e administrativa, tanto para a empresa infratora quanto para a administração pública, razão pela qual devem ser feitos os respectivos apontamentos.

Apesar de todas as garantias legitimamente asseguradas à recorrente, a empresa recorrida vêm comercializando, de forma indevida, produtos que apresentam as principais características das patentes em questão, caracterizando, deste modo, uma inegável contrafação e concorrência desleal, condutas essas sujeitas às sanções previstas em leis penais e civis.

No âmbito cível, a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) determina os requisitos necessários para se obter uma patente no País no seu artigo 8º, segundo o qual "*é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial*". Assim, uma vez registrada a invenção e concedida a patente, como ocorre no caso da recorrente, o inventor obtém um título de propriedade temporária sobre a invenção, outorgado pelo Estado ao detentor dos direitos sobre a criação.

Com este direito, o inventor ou o detentor da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar a venda, vender ou importar produto objeto de sua patente e/ ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patenteado (**artigo 42**). Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar todo o conteúdo técnico da matéria protegida. Logo, do sistema de patentes, se extrai que o registro da patente assegura ao titular a propriedade (**artigo 6º da LPI**), na extensão do teor das reivindicações, interpretado com base no relatório descritivo e nos desenhos (**artigo 41 da LPI**).

LPI. Art. 6º Ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas nesta Lei.

LPI. Art. 41. A extensão da proteção conferida pela patente será determinada pelo teor das reivindicações, interpretado com base no relatório descritivo e nos desenhos.

LPI. Art. 42. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos: I - produto objeto de patente; II - processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado. § 1º Ao titular da patente é assegurado ainda o direito de impedir que terceiros contribuam para que outros pratiquem os atos referidos neste artigo.

Destaque-se que, em relação à responsabilidade da própria Administração Pública, o artigo 42, §1º, estabelece o direito da recorrente de impedir que terceiros (no caso, o Município contratante) contribuam para a prática da comercialização de produto objeto de patente. Ou seja, ao contratar com a empresa recorrida, o ente público e aqueles que os representam incorrem em nítida violação ao artigo 42, §1º da Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), o que viola os princípios da moralidade, legalidade eficiência, que regem o procedimento licitatório.

No âmbito criminal, a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) tipifica como crime o ato de vender, expor ou oferecer à venda, ter em estoque, ocultar ou receber, para utilização com fins econômicos, produto fabricado com violação de patente de invenção ou de modelo de utilidade (artigos 183, 184 e 186).

LPI. Art. 183. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem: I - fabrica produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade, sem autorização do titular; ou II - usa meio ou processo que seja objeto de patente de invenção, sem autorização do titular. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

LPI. Art. 184. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem: I - exporta, vende, expõe ou oferece à venda, tem em estoque, oculta ou recebe, para utilização com fins econômicos, produto fabricado com violação de patente de

(51) 3562.6047 | (51) 3106.9015 | lavs@lavs.ind.br | www.lavs.ind.br

Rodovia RS – 240, 1099 | Vila Aparecida | Portão | RS | CEP: 93.180-000

CNPJ: 11.766.884/0001-06 | Inscrição Estadual: 213/0036672

invenção ou de modelo de utilidade, ou obtido por meio ou processo patenteado; ou II - importa produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade ou obtido por meio ou processo patenteado no País, para os fins previstos no inciso anterior, e que não tenha sido colocado no mercado externo diretamente pelo titular da patente ou com seu consentimento. Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

LPI. Art. 186. Os crimes deste Capítulo caracterizam-se ainda que a violação não atinja todas as reivindicações da patente ou se restrinja à utilização de meios equivalentes ao objeto da patente.

No âmbito criminal e administrativo, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) elenca os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, com as devidas punições, inclusive pessoais. Dentre esses atos, destacam-se os estipulados no artigo 11, que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, em especial do inciso I, inclusive com a possibilidade de cominação da pena do artigo 12, III, da lei.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo; IV - negar publicidade aos atos oficiais; V - frustrar a licitude de concurso público; VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou

econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço; VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação; X - transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: [...] III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Desta forma, serve a presente para esclarecer que a comercialização, pela recorrida, dos produtos patenteados, sem a autorização da titular recorrente, bem como a aquisição pelo Município, acarreta na violação dos seus direitos, os quais devem ser integralmente protegidos, tendo em vista que as Cartas Patente anexas conferem à recorrida o direito de **exploração exclusiva da invenção e modelo de utilidade** ali descritos, e conseqüentemente, de se socorrer das ações extrajudiciais e judiciais cabíveis para fazer valer o seu legítimo direito de cessar a violação e pleitear a indenização pela utilização indevida.

A recorrente formalmente comunica o Município, em atenção à boa-fé e ao princípio da informação, que a questão da tutela da patente em relação à recorrida já está judicializada no processo nº 5000248-07.2021.8.21.0155, movido contra a fabricante Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços - EIRELI, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Portão, RS, de modo que, para fins de responsabilização, o ente público não poderá alegar desconhecimento acerca do fato.

Nesse ponto, há de se tecer reflexões sobre a moralidade insculpida nos atos administrativos formais, quando a atuação da licitante está em flagrante ilegalidade, desconformidade com os princípios éticos, os bons costumes, e as regras de boa-fé sobretudo, ferir qualquer dos princípios constitucionais, seja legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia, caracteriza ataque direto ao interesse público, a partir do momento em que a Administração Pública é amplamente cientificada da conduta ilícita, convém agir na forma da lei para evitar a fraude no processo licitatório (uso não autorizado da propriedade intelectual de outrem).

A administração Pública exerce papel fundamental, vejamos que a preocupação com os princípios éticos é evidente, Celso Antônio Bandeira de Melo, ao tratar do princípio da moralidade, diz que: "O princípio da moralidade significa que o procedimento licitatório terá que se desenvolver conforme moldes éticos prezáveis, assim, tanto a Administração Pública quanto os licitantes devem ter uma postura lisa, escorreita, lisa, honesto, de parte a parte," (MELLO, 2012).

Conforme podemos constatar, a empresa LAVS é pioneira no Brasil, atuando intelectualmente no conceito das "Caminhas Empilháveis" e todos os seus benefícios (interesse social), quanto no desenvolvimento tecnológico e econômico do país, a julgar pela demanda expressiva do produto em todo o território nacional. A LAVS registrou em sua proposta valor de acordo com o praticado no mercado, tendo todas as garantias legitimamente asseguradas e nesse sentido, uma equivocada adjudicação do contrato em favor da recorrida Alfabrink, para fornecer ao ente público produto que apresenta as principais características das patentes em

questão, caracterizando, deste modo, uma inegável contrafação e concorrência desleal, condutas essas sujeitas às sanções previstas em leis penais e civis, implica em conivência do ente público com referidas práticas, em possível violação, inclusive, ao artigo 25 da Lei nº 8.666/93, que dispensaria a realização de licitação no presente caso.

Portanto, há de se preservar o direito de propriedade industrial da LAVS, como forma de melhor atender o interesse público concorrencial, na forma da lei.

Pelo exposto, a par das normas inerentes ao procedimento licitatório, em especial, a obrigatória observância dos princípios e normas legais pertinentes, ***necessária a desclassificação da recorrida***, ao fundamento de que está em flagrante ***violação de propriedade intelectual***. Há de prevalecer a legalidade, intrínseca à ideia de Estado de Direito, princípio que é um dos pilares do ordenamento jurídico, com expressa previsão em nossa Constituição Federal, em seu art. 37, caput, que dispõe que *“a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”*.

III. DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA POR NÃO ATENDER EXIGÊNCIA TÉCNICAS DO EDITAL - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Na licitação, em qualquer modalidade, o princípio da legalidade gera atividade totalmente vinculada, ou seja, a *falta de liberdade* para a autoridade administrativa: a lei estrutura o procedimento licitatório de modo *a restringir a discricionariedade* e determinadas fases ou momentos específicos, impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas, mantidas as condições da contratação administrativa específicas, previstas em edital. Tal vinculação justifica-se não apenas para garantir a lisura da contratação, mas certamente para assegurar a contratação mais adequada e eficiente para a administração pública, otimizando a utilização dos recursos públicos.

Quando a Administração estabelece, no edital, ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas
(51) 3562.6047 | (51) 3106.9015 | lavs@lavs.ind.br | www.lavs.ind.br

Rodovia RS – 240, 1099 | Vila Aparecida | Portão | RS | CEP: 93.180-000

CNPJ: 11.766.884/0001-06 | Inscrição Estadual: 213/0036672

essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial do da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu os termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.²

As licitações públicas pautam-se num conjunto de formalidades, que devem ser observadas, quando pautadas na legislação em vigor, desconsiderar qualquer formalidade desses processos é ferir a lei, além do que se observaria a mácula ao princípio da vinculação ao Edital, acima tratado. **A vinculação do Edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos** do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, **às propostas, ao julgamento** e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. O Edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação.

O princípio da vinculação ao Edital pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93: ***"A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital ao qual se acha estritamente vinculada"***. O Edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da **inalterabilidade do instrumento convocatório**.

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2007, p.357. (51) 3562.6047 | (51) 3106.9015 | lavs@lavs.ind.br | www.lavs.ind.br

Portanto, pode-se afirmar que o edital deve ser observado, na medida em que o instrumento convocatório faz lei entre as partes (*princípio da vinculação ao edital*). O edital da licitação tem força legal e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, tal qual está consignado no artigo 41, da Lei 8.666/93, segundo o qual ***“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”***. Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa, e não beneficiar uma ou outra parte licitante. A formalidade existe em prol da segurança pela melhor contratação para a Administração Pública. Veja-se que todas informações e regras acerca do certame eram de pleno conhecimento de todos os participantes.

Lei nº 8.666/93. Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Proposta mais vantajosa para a Administração Pública não é necessariamente aquela que visa uma relação de custo imediato menor. Mas sim, a de um melhor custo-benefício, inclusive a médio e longo prazo, em síntese, o melhor produto pelo menor preço, considerando os riscos da contratação e eventual ponderação quanto a responsabilidades futuras. Não encontra-se junto ao ordenamento jurídico brasileiro amparo nem justificativa à prática de ilegalidade, sob qualquer argumento, ainda que seja a “economicidade”, vez que não há forma de um ato ilícito servir ao interesse público.

E no presente caso a recorrida, para além da violação da propriedade intelectual, também não atendeu os requisitos técnicos do edital:

(a) Especificação/Descrição do produto - Termo de Referência -Caminhas empilháveis: Dimensões:1250mmx590mmx120mm. Consiste em 2 (duas) cabeceiras produzidas em polipropileno copolímero de alto impacto, 8 (oito) borracha antiderrapantes. Contém dois pés articuláveis localizados na parte central. Possui 2 (dois) tubos oblongos 16x30 em aço. Tela “vazada” com sistema de ventilação, em tecido 100% poliéster empastada com PVC. Apresentar na entrega relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, do impacto IZOD em material polimérico das cabeceiras e pés de apoio articulável da caminha empilhável com resistência média ao impacto igual ou maior que 84,4 J/m. Sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de “presilha” e parafusos para plástico. Faixa etária: 2 (dois) a 5 (cinco) anos, até 55kg.

A recorrida registrou em sua proposta produto de marca própria, modelo ALFA BABY LUXO 1052, que além da ilegalidade já amplamente abordada, também **não dispõe de Sistema de fixação entre CABECEIRA/TELA, através de PRESILHA e PARAFUSOS**, dessa forma tornando-se uma proposta **omissa** em requisito técnico relevante, **não revelando a verdadeira especificação do modelo ofertado**.

Portanto, há de se aplicar o Item 5.1 g do edital, que exige das empresas "fornecer o item cotado em estrita conformidade com as especificações constantes neste termo de Referência e anexos", e o Item 7.1, que determina que "serão desclassificadas as propostas que a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; b) forem omissas em pontos essenciais."

Registre-se que essa mesma condição ensejou a desclassificação em inúmeros processos anteriores, especialmente naqueles onde a Rede Municipal de Ensino, conhece e faz uso do modelo com estes requisitos técnicos, e a

conhecimento de causa, sabem quão imprescindíveis são, especialmente a qualidade e segurança.

Apenas na intenção de fundamentar os argumentos quanto ao desacordo em relação as especificações técnicas, oferecemos a título de apreciação material comprobatório extraído de processo público, Pregão Presencial nº 04.040.2019, realizado no Município de **Itapema** – SC, na data de 27/06/2019. Pode-se constatar que: as propostas com a marca Alfabrink, ofertadas pelas empresas Fabiane Gonschorovski de Souza e SZ Byte Informática Ltda, após fase de criteriosa conferência das especificações e análise por parte da Sra. Pregoeira e equipe de apoio, culminaram por serem desclassificadas do certame, ao tocante item 6 – Cama Infantil, justamente por não atenderem aos mesmos requisitos técnicos relevantes em pauta.

Vejamos agora quanto ao conteúdo pertinente, registrado na própria ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO, do Município de Itapema, Nr. 2/2019, que diz o seguinte: [...] *SZ BYTE INFORMATICA LTDA EPP, O PRODUTO COTADO ESTÁ EM DESACORDO COM O SOLICITADO EM EDITAL, UMA VEZ QUE NÃO POSSUE OS PARAFUSOS. O PRODUTO COTADO POR ESTA EMPRESA É DA MARCAALFABRINK [...], vide folha 2/4, linhas 16, 17 e 18, segue anexo identificado [...]* A EMPRESA FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA ME, COTOU A MARCAALFABRINK E SUA PROPOSTA PARA ESSE ITEM FOI DESCLASSIFICADA POIS A MESMA NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL [...], vide folha 2/4, linhas 18,19 e 20, segue anexo identificado.

Em outro município, vejamos mais especificamente sobre avaliação da amostra, em relação aos requisitos de qualidade e Segurança: diz o Memorando nº 304/2019, de 16 de abril de 2019, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de **Taquara** – RS, quanto a avaliação da amostra, do mesmo objeto licitado, que segue anexo identificado e abaixo síntese dos registros, vide na parte Reprovado: [...] *Outro ponto que achamos relevante é o sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de presilha e parafusos para plástico flangeado RI zincado branco, medindo 3,5 x 12mm, que na amostra não confere [...]*.

Certos de que os elementos comprobatórios não se findam, atentemos também ao processo em **Charqueadas/RS**, Pregão Eletrônico nº 26/2019, ocorrido na data de 30/07/2019, eis igualmente aos já citados anteriormente, cabe registrar que: após fase de criteriosa avaliação por parte da Secretaria de Educação, agora ao tocante amostra física da marca "Alfabrink", ensejou igualmente a desclassificação da proposta, em Suma, pelo motivo: "a amostra não está em conformidade com o solicitado no edital" conforme registro no portal Pregão Online Bannisul, em campo próprio, qual seja: <https://www.compras.rs.gov.br/egov2/indexMenu.jsp>

Fato que igualmente repetiu-se no processo de **Igrejinha/RS**, ocorrido em 21/10/2020, Edital de Licitação nº 114/2020 – sob a modalidade de Pregão Eletrônico, *onde após avaliação de amostra física*, a Recorrida Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli, *restou desclassificada*.

Agora os processos mais recentes: abril e junho de 2021

Peritiba/SC, ocorrido em 14/06/2021, Pregão Eletrônico nº 55/2021

[...] A empresa ALFABRINK COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI – EPP **foi desclassificada para este item**, pois foi constatado que o item cotado não atende ao descritivo do edital no que se refere a espessura. [...]

[...] O fornecedor ALFABRINK COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI – EPP foi desclassificado para o item 0012 pelo pregoeiro. [...]

Brusque/SC, ocorrido em 30/04/2021, Pregão Eletrônico nº 034/2021

[...] Conforme laudo enviado pela equipe técnica: "**Amostra Reprovada** – não possui a quantidade de pés solicitada (12). E a resistência médica comprovada do produto é inferior a solicitada em edital. " [...]

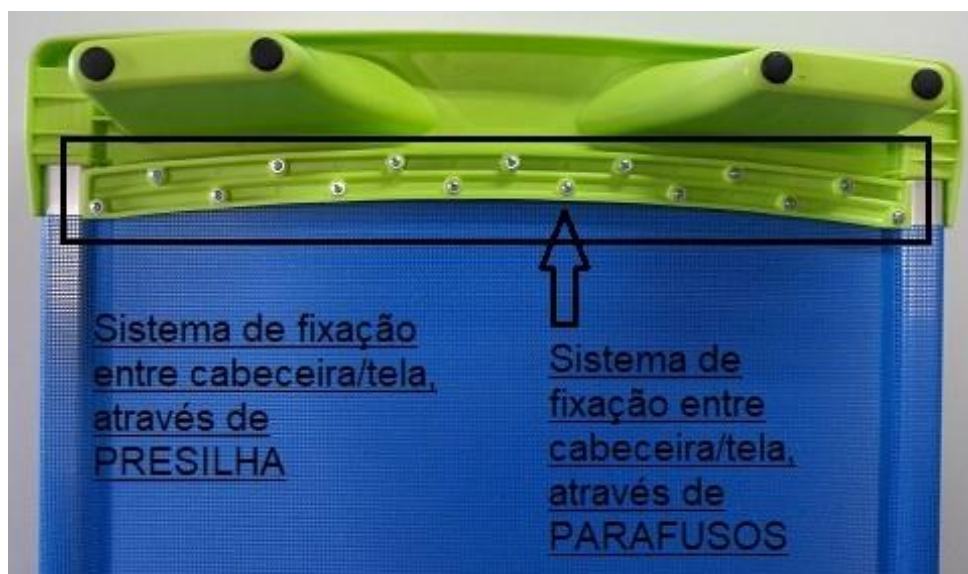
[...] O fornecedor ALFABRINK COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI – EPP foi rejeitado para o item 0019 pelo pregoeiro. [...]

Superada a fase de constatação que, de fato, o modelo Alfabrink, da recorrida, não apresenta as características técnicas específicas em análise, passa-se à análise do modelo da recorrente, para que seja possível estabelecer um parâmetro de qualidade em relação ao Sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de presilhas e parafusos, comprovadamente sobre resistência, desempenho, resultado obtido e principalmente efeito,

através do referido laudo atualizado do modelo da marca LAVS, quesitos decisivos para a segurança do produto destinado ao uso de crianças.

Conforme laudo do ILSPE - Instituto Lab System de Pesquisas e Ensaios Ltda. Relatório de Ensaio (RAE), nº 15121019, mais recente, emitido na data de 25/10/2019, Ensaio sobrecarga – Resistência do Produto, vejamos em suma, o resultado da recorrente: 8 – Observações: [...] - Após análise destas cargas, foi realizado o teste com 300 kg por um período de 24 horas. Em seguida realizada avaliação visual e verificado que a estrutura não sofreu qualquer tipo de alteração. [...], vide folha 2/4, abaixo identificado.

Para melhor análise e verificação dos fatos, segue imagem conforme exige o Termo de Referência do edital.



Logo, o produto da recorrida não atende a especificação/descrição do produto no edital, pois não possui sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de "presilha" e parafusos, responsável por manter a tela bem esticada nas pontas e também no centro da Caminha Empilhável, sem "folgas" nem efeito "barriga", evitando a deformação da tela e estendendo ao máximo o tempo de vida útil do produto, oferecendo a melhor relação custo-benefício. Por essas razões, impõe-se a aplicação do artigo 48 da Lei de Licitações: "serão

desclassificadas- as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação".

Pelo exposto, a par das normas inerentes ao procedimento licitatório, em especial, a obrigatória observância dos princípios e normas legais pertinentes, ***necessária a desclassificação da recorrida***, ao fundamento de que está em flagrante ***violação às exigências técnicas do edital***. Há de prevalecer a legalidade, intrínseca à ideia de Estado de Direito, princípio que é um dos pilares do ordenamento jurídico, com expressa previsão em nossa Constituição Federal, em seu art. 37, caput, que dispõe que *"a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência"*.

IV. DOS REQUERIMENTOS

À luz da Lei nº 8.666/93, frente a vasto material exposto, inclusive público e comprobatório, em face dos princípios que norteiam a atuação da Administração Pública, merece o presente **Recurso Administrativo** provimento a fim de reformar à decisão da Comissão de Licitação, para que declare **inabilitada a licitante Alfabrink** e conseqüentemente seja declarada vencedora a empresa melhor classificada no certame, *sob a condição de que atenda a descrição conforme o Termo de Referência e que esteja na forma da lei*, assim mantendo estrita consonância com os princípios que regem os procedimentos administrativos, da vinculação ao instrumento convocatório e à lei.

Termos em que

Pede Deferimento

Frederico Westphalen – RS, 28 de junho de 2021.

Jonatas Schneider Valdes – RG: 9034808304 e CPF: 960.304.370-20

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

LAVS - Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda. – EPP

CNPJ sob o nº 11.766.884/0001-06

(51) 3562.6047 | (51) 3106.9015 | lavs@lavs.ind.br | www.lavs.ind.br

Rodovia RS – 240, 1099 | Vila Aparecida | Portão | RS | CEP: 93.180-000

CNPJ: 11.766.884/0001-06 | Inscrição Estadual: 213/0036672



Prefeitura Municipal de Itapema

				plásticas. Altura 340mm.		
5	50,00	UN		<p>CONJUNTO REFEITÓRIO INFANTIL 2, 1 MESA E 2 BANCOS: Conjunto de refeitório para alunos de 1ano e meio a 3 anos. Mesa: estrutura em tubo retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Sistema de solda MIG unindo todas as partes metálicas. Proteção da superfície com tratamento especial, anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, secagem em estufa. Tampo (2000X650mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico acabado nas bordas com PVC tipo "T", fixado a estrutura através de parafusos auto-atarraxantes. Fechamento dos topos com ponteiras plásticas. Altura 520mm a 540mm. Bancos: COM ENCOSTO. Estrutura em tubo retangular 20x40 (parede 1,50mm), tipo monobloco (estrutura única) com cortes sob forma de ângulo permitem o encaixe da mesa tornando-a empilhável. Sistema de solda MIG unindo todas as partes metálicas. Proteção da superfície com tratamento especial, anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, secagem em estufa. Assento (1900x325mm) em MDF 18mm de espessura revestido em laminado melamínico e acabado nas bordas com PVC tipo "T", fixado a estrutura através de parafusos auto-atarraxantes. Fechamento dos topos com ponteiras plásticas. Altura 280mm a 300mm.</p>	883,33	44.166,50
6	1.500,00	UN		<p>Cama infantil, colorida, atóxica, constituída de duas (2) cabeceiras e dois (2) pés de apoio articulável para evitar o envergamento(maior resistência ao impacto), em material termoplástico pelo processo de injeção, com cores variadas. Os pés seguem o mesmo desing das cabeceiras e estão localizados na parte central com funcionamento em ângulo de 90º(noventa) graus, cabeceiras e pés dotados de ponteiras de borracha, sendo quatro(4) para cada cabeceira e dois (2) em cada pé, ou seja, um total de doze(12). As suas laterais compõem-se com dois (2) tubos oblongos 16x30 em aço, espessura de 1,90mm cada. Sistema de encaixe empilhável, com espaço de 5cm entre uma tela e outra. Leito confeccionado em tela vazada com sistema de ventilação, antitranspirante, lavável, antifungo, anti-UV e antioxidante, confeccionada em tecido 100% poliéster empastado com PVC de alta resistência e laterais seladas a quente. Sistema de fixação entre cabeceira/tela através de presilha e parafusos para plástico flangeado RI zincado branco medindo cada 3,5x12mm, sendo um total de trinta (30) nesta medida, quinze (15) parafusos para cada presilha, entre cabeceira/tubo, através de parafusos para plástico flangeado RI zincado branco, medindo cada 4,0 x 14mm, sendo um total de 8 nesta medida, 4 parafusos para cada tubo, entre pé de apoio/tubo, através de suporte fixo, trava e parafusos para plástico flangeado RI zincado branco, medindo cada 4,00 x14mm, sendo um total de 4, 2 parafusos para cada tubo. A caminha empilhavel é composta por módulos, este sistema permite que todos os seus componentes sejam</p>	210,00	315.000,00

CNPJ: 82.572.207/0001-03
AV. NEREU RAMOS, 134
C.E.P.: 88220-000 - Itapema - SC

Processo Administrativo: 60/2019
Processo de Licitação: 60/2019
Data do Processo: 09/04/2019

Folha: 2/4

MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, OS LAUDOS NÃO CONTEMPLAM A SOLDA. EMPRESA GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, O LAUDO APRESENTADO É DIVERGENTE DA NORMA, POIS O MESMO ESTÁ DESATUALIZADO. ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES EPP, NÃO APRESENTOU CATALOGO. FORAM DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O ITEM 5 DAS SEGUINTE EMPRESAS: OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, NÃO APRESENTOU LAUDO, DESCUMPRINDO SUBITEM 4.9 DO EDITAL; RICHESSE MOVEIS LTDA EPP, UTILIZOU LAUDO SEM AUTORIZAÇÃO, CONFORME CITADO ANTERIORMENTE. FABIANO LERIN E MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, LAUDOS NÃO CONTEMPLAM A SOLDA. EMPRESA GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, O LAUDO APRESENTADO É DIVERGENTE DA NORMA, POIS O MESMO ESTÁ DESATUALIZADO. ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES EPP, NÃO APRESENTOU CATALOGO. FORAM DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O ITEM 5 DAS SEGUINTE EMPRESAS: OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, NÃO APRESENTOU LAUDO, DESCUMPRINDO SUBITEM 4.9 DO EDITAL; RICHESSE MOVEIS LTDA EPP, UTILIZOU LAUDO SEM AUTORIZAÇÃO, CONFORME CITADO ANTERIORMENTE; GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, LAUDO APRESENTADO É DIVERGENTE DA NORMA, POIS O MESMO ESTÁ DESATUALIZADO. FORAM DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O ITEM 6 DAS SEGUINTE EMPRESAS: SUPRIMOVEIS LTDA - EPP E PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME, POIS AMBAS ESTÃO SEM CATALOGOS, CONFORME SOLICITA O EDITAL. SZ BYTE INFORMATICA LTDA EPP, O PRODUTO COTADO ESTÁ EM DESACORDO COM O SOLICITADO EM EDITAL, UMA VEZ QUE NÃO POSSUE OS PARAFUSOS. O PRODUTO COTADO POR ESTA EMPRESA É DA MARCA ALFABRINK. A EMPRESA FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA ME, COTOU A MARCA ALFABRINK E SUA PROPOSTA PARA ESSE ITEM FOI DESCLASSIFICADA POIS A MESMA NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. FORAM DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O ITEM 8 DAS SEGUINTE EMPRESAS: RICHESSE MOVEIS LTDA EPP, OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, DECIO DRUCKOWSKI ME, FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA EPP, PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME E FABIANO LERIN, POIS NÃO APRESENTARAM CERTIFICADO, CONFORME SUBITEM 4.8 DO EDITAL; ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES EPP CERTIFICADO NÃO ATENDE. FORAM DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O ITEM 12 DAS SEGUINTE EMPRESAS: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, O LAUDO DESATUALIZADO; RICHESSE MOVEIS LTDA EPP, UTILIZOU LAUDO SEM AUTORIZAÇÃO, CONFORME CITADO ANTERIORMENTE; OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, NÃO APRESENTOU LAUDO. FOI DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE PREÇOS PARA O ITEM 17 DA EMPRESA: RICHESSE MOVEIS LTDA EPP, POIS AS MEDIDAS ESTÃO DIVERGENTES AO DESCRITIVO DO EDITAL. FORAM DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O ITEM 18 DAS SEGUINTE EMPRESAS: SUPRIMOVEIS LTDA - EPP, M MOBILE EIRELI EPP E ADL COMERCIAL EIRELI, POIS AS MEDIDAS DE SEUS PRODUTOS, NÃO ATENDEM AOS DESCRITIVO DO EDITAL. EMPRESA SLA COMERCIAL LTDA PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 18, POIS A MESMA ALEGA NÃO ATENDER AO EDITAL. FOI DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE PREÇOS PARA O ITEM 20 DA EMPRESA: ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES EPP, POIS A MESMA NÃO APRESENTOU CATÁLOGO. A PREGOEIRA INICIOU A ETAPA DE LANCES. OS ITENS 08 E 19 RESTARAM DESERTOS POIS NÃO HOUVE PROPOSTAS VÁLIDAS QUE ESTIVESSEM DE ACORDO COM O EDITAL. ENCERRADA ESSA FASE, A PREGOEIRA ABRIU OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS: ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES EPP, DECIO DRUCKOWSKI ME, FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA EPP, FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS, PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME, OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, LAVS INDUSTRIA, LANCI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PLASTICOS E COMERCIO DE ARTIGOS EDUCATIVOS, ADL COMERCIAL EIRELI E GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA. OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E VISTADOS PELOS PRESENTES E PELA PREGOEIRA. QUANTO AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, AS EMPRESAS NÃO APRESENTARAM NENHUM QUESTIONAMENTO, DESSA FORMA, A PREGOEIRA HABILITA AS EMPRESAS: ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES EPP, DECIO DRUCKOWSKI ME, FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA EPP, FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS, PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME, OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, LAVS INDUSTRIA, LANCI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PLASTICOS E COMERCIO DE ARTIGOS EDUCATIVOS, ADL COMERCIAL EIRELI E GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA. A PREGOEIRA QUESTIONOU AOS PRESENTES SE HAVIA INTERESSE EM INTERPOR RECURSO, O REPRESENTANTE DA EMPRESA SZ BYTE INFORMATICA LTDA SE MANIFESTOU E O MESMO ALEGA QUE A EMPRESA VENCEDORA DO ITEM 06, FOI A ÚNICA CLASSIFICADA, NÃO HAVENDO DISPUTA DE PREÇOS. ALEGA TAMBÉM QUE SEU PRODUTO ATENDE SATISFATORIAMENTE PARA O USO, MESMO APRESENTANDO DIVERGÊNCIAS MÍNIMAS COM A ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL. A EMPRESA ARGUMENTA QUE HOUVE DIRECIONAMENTO PARA A MARCA DA EMPRESA LAVS INDUSTRIA, POIS NÃO HOUVE DISPUTA NO PREÇO, ONDE O PREGÃO PERDEU SUA FINALIDADE DE COMPRA PELO MENOR VALOR APRESENTADO, ONDE A ADMINISTRAÇÃO NÃO OPTOU PELA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. A EMPRESA FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA ME ALEGA QUE "NÃO HOUVE DISPUTA DE PREÇOS PARA O ITEM 06, UMA VEZ QUE FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO ATENDER AO EDITAL, NO QUE SE REFERE AOS 02 PONTEIROS DE BORRACHA E 01 PARAFUSO A MAIS DE SUSTENTAÇÃO. A MESMA TAMBÉM SALIENTA QUE A PREFEITURA ESTÁ PAGANDO MAIS CARO E NÃO ESTÁ DANDO OPORTUNIDADE DE APRESENTAR AMOSTRA." A EMPRESA GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA MANIFESTA INTENÇÃO DE RECURSO, POR DISCORDAR DE SUA DESCLASSIFICAÇÃO, "VISTO QUE O LAUDO SOLICITADO FOI A NBR 8091/1983 E O NOSSO LAUDO ATENDE INTEGRALMENTE A EXIGÊNCIA. ATÉ PORQUE A NBR 5841/2015 E NBR ISO 4628/2015, NÃO SÃO UTILIZADAS PARA AVALIAÇÃO DO LAUDO SOLICITADO (NBR 8094/1983) CONFORME TEXTO INTEGRANTE DA ERRATA N.1. TRATAM-SE DE NORMAS DISTINTAS E NÃO COMPLEMENTARES, SENDO EXIGÊNCIA APENAS A NBR 8094/1983." A EMPRESA ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES EPP MANIFESTA CONTRA A SUA DESCLASSIFICAÇÃO REFERENTE AO ITEM 08, POIS SEGUNDO A MESMA, FOI APRESENTADO O CERTIFICADO DO INMETRO COM IMAGEM QUE ATENDE A EXIGÊNCIA DO DOCUMENTO DO ITEM 4.8 E A APRESENTAÇÃO DO CATÁLOGO DO ITEM 4.16. A EMPRESA TAMBÉM SUGERE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA. O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIA EM 02/07/2019 E ENCERRA EM 04/07/2019. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, DEU-SE POR ENCERRADA A SESSÃO E REDIGIU-SE ESTA ATA ASSINADA PELOS PRESENTES. ENCAMINHEM-SE OS AUTOS A ASSESSORIA JURÍDICA E A EXMA SRA. PREFEITA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes



Taquara, 16 de abril de 2019.

Memorando nº 304/2019

De: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Para: Divisão de Compras

Informamos o resultado da avaliação da amostra do pedido de Pregão Eletrônico 23/2019 – Aquisição de caminhas empilháveis para as Escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, com o devido parecer emitido pela Comissão de Avaliação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	FORNECEDOR	RESULTADO
1	<p>Caminha empilhável com pé de apoio articulável, tamanho G, para crianças de dois a oito anos-Sendo duas cabeceiras em forma inteira medindo aproximadamente: 59 x 12 x 11cm, 2 pés de apoio articulável em mat. Termoplástico pelo processo de injeção, os pés devem seguir o mesmo design das cabeceiras e estar localizados na parte central com func. em ângulo de 90º, cabeceiras e pés com assentos/ponteiras de borracha antiderrapante, cada base em contato com piso deve ter no mínimo 2 assentos/ponteiras, sendo 4 para cd cabeceira e 2 em cd pé, devem possuir mecanismo de segurança (não vulneráveis a remoção indevida), tanto por meio de atrito ao piso com uso diário, ao arrastar. 2 tubos oblongos em aço galvanizado ou alumínio, espessura de 1,9mm cd e peso de 1,4kg/pg, furos e cortes a laser, garantindo maior precisão dimensional para encaixe em seu gabarito e acabamento sem rebarbas, proc. e torção e retilineidade para que não fiquem tortos ou com pontas voltadas para cima, tubos produzidos sob a forma NBR 6591. Sistema de encaixe empilhável, com espaço de 5cm entre uma tela e outra, tela vazada com sistema de ventilação, antitranspirante e lavável, confec. em tecido 100% poliéster empastado com PVC. As laterais da tela devem ser unidas/seladas a quente, por proc. através de solda eletrônica, com precisão, uniformemente e sem falhas em toda a sua ext. a tela deve conter aditivo retardante de chama. Sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de presilha e parafusos para plástico flangeado RI zincado branco, medindo 3,5 x 12mm. Sistema de fixação entre cabeceira/tubo, através de parafusos para plástico flangeado RI zincado branco, medindo 4,0 x 14mm. Sistema de fixação entre pé de apoio articulável/tubo, através de suporte fixo, trava e parafusos para plástico flangeado RI zincado branco, medindo 4,0 x 14mm. É composta por módulos, o que permite que todos os seus componente sejam repostos. Faixa etária: 2 à 8 anos até 55kg. Dimensões mínimas: 1,48m(C) x 59cm (L) x 12cm (A). Garantia mínima de 3 anos contra defeito de fabricação. Cor a definir.</p>	ALFABRINK	FABIANE GONCHOROVKI	REPROVADO <p>- As ponteiras de borracha anti derrapante, da cabeceira devem ter no mínimo quatro para cada cabeceira e na amostra possuem somente dois em cada cabeceira. Além dos pés articuláveis, estarem instáveis não oferecendo segurança para as crianças. Outro ponto que achamos relevante é o sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de presilha e parafusos para plásticos flangeado RI zincado branco, medindo 3,5 x 12mm, que na amostra não confere, o entendemos que prejudica a qualidade e a durabilidade do produto. Referente a questão do impacto do peso do corpo sobre a tela da caminha, quando deita ela fica rangendo (estalando).</p>

Atenciosamente,

Jussara Maria Policarpo Dias
Coord. Educação Infantil
Comissão de Avaliação - SMECE

Camila Muller Rodrigues
Setor Financeiro
Comissão de Avaliação - SMECE

Ivamara C.R. Barros
Setor Financeiro
Comissão de Avaliação - SMECE

Antônio Edmar Teixeira de Holanda
Secretário de Educação, Cultura e Esportes



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

12	10	Un	Caminha empilhável com pés articuláveis , com duas cabeceiras e dois pés de apoio articulável para evitar o envergamento, em material termoplástico pelo processo de injeção, cores a escolher. Os pés devem seguir o mesmo design das cabeceiras e devem estar localizados na parte central com funcionamento em ângulo de 90°, cabeceiras e pés dotados de assento de borracha, sendo 4 para cada cabeceira e 2 em cada pé, total de 12, 02 tubos oblongos 16X30 em aço, espessura de 1,90mm cada. Sistema de encaixe empilhável, com espaço de 5cm entre uma tela e outra, tela vazada com sistema de ventilação, antitranspirante e lavável, confeccionada em tecido 100% poliéster empastado com PVC. Comprimento aproximado de 1,25m, largura 59cm e altura 12cm.		265,20		
13	25	Un	Capa para almofada com tamanho de 60x60cm		16,01		
14	39	Un	Carrinho caçamba médio com dimensão de aprox. de 52x28x26 cm, confeccionado em plástico atóxico. Para crianças com idade a partir de 3 anos. Com selo do inmetro.		110,00		
15	15	Un	CARRINHO DE BONECAS MODELO BERÇO ABRE E FECHA FACILMENTE. Faixa etária recomendada: A partir de 4 anos, dimensões do produto montado: 64x34x65 cm e dimensões do produto desmontado: 16x40x69 cm. Peso aproximado do produto: 1600g Itens inclusos 1 carrinho de bonecas modelo berço. Composição / Material: Alumínio leve e tecido. Embalagem: Plástica. Com selo do inmetro.		119,99		
16	80	Un	Carrinho em ferro colecionável medindo aprox. 7,50 cm. Com selo do inmetro.		10,03		
17	1	Un	Casinha de bonecas de plástico. Com dimensões 165x124x150 cm com os seguintes acessórios internos: fogão duas bocas, pia com torneira e cadeirinha. Altura da porta 1,15 cm. Com selo do inmetro.		4196,67		
18	10	Un	Chocalho - Chocalho em plástico colorido, que proporciona estímulo aos bebês. Modelos sortidos, faz barulho. Para crianças a partir de 4 meses até 2 anos, com material atóxico. Com selo do inmetro.		9,56		
19	2	Un	Encosto de Estimulação - Medindo 60 cm x 50 cm x 15 cm. Com interior de espuma maciça, na densidade 20 encosto meia lua para bebês, revestido com piquiri espelhado na cor vermelho ou azul. Com certificado de conformidade. Para crianças a partir de 4 meses até 2 anos, confeccionado em plástico e material atóxico. Com selo do inmetro.		158,53		
20	12	Un	Feirinha Legal. Conjunto que contenha no mínimo - 01 balança, 01 bancada de frutas, 01 faca, no mínimo 10 itens entre frutas, verduras e legumes e 01 estojo para colocar notas e moedas.		36,32		
21	11	Un	Fogão com panelinhas. Conjunto com 1 fogão de duas bocas, botões, duas panelinhas e uma gavetinha. Material: plástico resistente. Embalagem: papel decorado com visor plástico		24,90		
22	9	Un	Jogo de Argolas Liso - Jogo confeccionado em M.D.F. e madeira. Base de M.D.F. Pintada na cor laranja (tinta esmalte sintético atóxico), medindo 58 x 7 cm, com 5 pinos de madeira coloridos que se encaixam na base, pintados com tinta esmalte sintético atóxico, medindo 10x2 cm. 5 argolas de plástico coloridas para lançar nos pinos. Embalagem: Pinos envolvidos com stretch para proteção. Base e pinos com película de P.V.C. encolhível. Produto com certificação do INMETRO.		47,00		



Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível a...

11:46:20
Horário de Brasília

0008	Blocos Lógicos - Blocos lógicos, confeccionados em M...	Não Participa	↓ R\$ 25,50		--	
0009	Boneca em vinil - Com mamadeira e babador. Medindo 3...	Não Participa	↓ R\$ 52,00		--	
0010	Boneca em Vinil - Com rosto de borracha e cabelos co...	Não Participa	↓ R\$ 52,00		--	
<< 1 2 3 4 5 >>						Total de Registros: 41

[Recursos](#) [Contrarrazões](#)

Chat

- atualizada e as declarações, caso ainda não tenha feito.
- 18/06/2021 11:18:00 - Sistema - Foram solicitadas diligências para o item 0012. O prazo de envio é até às 11:30 do dia 21/06/2021.
 - 18/06/2021 11:16:17 - Sistema - O item 0012 tem como novo arrematante LAVS - Ind. e Com. de Artigos Educativos Ltda. - EPP com valor unitário de R\$ 198,00.
 - 18/06/2021 11:16:17 - Sistema - Motivo: A empresa ALFABRINK COMERCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP foi desclassificada para esse item, pois foi constatado que o item cotado não atende ao descritivo do edital no que se refere a espessura.
 - 18/06/2021 11:16:17 - Sistema - O fornecedor ALFABRINK COMERCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP foi desclassificado para o item 0012 pelo pregoeiro.
 - 18/06/2021 11:11:16 - Sistema - O item 0017 tem como novo arrematante Gabriela Torres Rauber com valor unitário de R\$ 4.160,00.
 - 18/06/2021 11:11:16 - Sistema - Motivo: A empresa VIA NACIONAL COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI foi desclassificada para esse item, pois foi constatado que o item cotado não atende ao descritivo do edital no que se refere a altura da porta, que deve ser de 1,15 cm, as dimensões também não atendem ao descritivo do edital.
 - 18/06/2021 11:11:16 - Sistema - O fornecedor VIA NACIONAL COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI foi desclassificado para o item 0017 pelo pregoeiro.
 - 18/06/2021 11:08:18 - Sistema - O item 0037 tem como novo arrematante Darlan Ezequiel König Pedagógicos com valor unitário de R\$ 15.790,00.

[Voltar](#)



			DO ASSENTO AO CHÃO 420 – 570MM. OS MÓVEIS DEVERÃO SER MONTADOS E/OU INSTALADOS PELO FORNECEDOR.		
19	20	UN	CAMA INFANTIL: COLORIDA, ATÓXICA, CONSTITUÍDA DE 2(DUAS) CABECEIRAS E 2(DOIS) PÉS DE APOIO ARTICULÁVEL PARA EVITAR O ENVERGAMENTO(MAIOR RESISTÊNCIA AO IMPACTO), EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO PELO PROCESSO DE INJEÇÃO NAS CORES VIOLETA, VERDE LIMÃO, LARANJA OU VERDE BANDEIRA. OS PÉS SEGUEM O MESMO DESIGN DAS CABECEIRAS E ESTÃO LOCALIZADOS NA PARTE CENTRAL COM FUNCIONAMENTO EM ÂNGULO DE 90º(NOVENTA) GRAUS, CABECEIRAS E PÉS DOTADOS DE PONTEIRAS DE BORRACHA, SENDO QUATRO(4) PARA CADA CABECEIRA E DOIS (2) EM CADA PÉ, OU SEJA, UM TOTAL DE DOZE(12). AS SUAS LATERAIS COMPÕEM-SE COM DOIS (2) TUBOS OBLONGOS 16X30 EM AÇO, ESPESSURA DE 1,90MM CADA. SISTEMA DE ENCAIXE EMPILHÁVEL, COM ESPAÇO DE 5CM ENTRE UMA TELA E OUTRA. LEITO CONFECCIONADO EM TELA VAZADA COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO, ANTITRANSPIRANTE, LAVÁVEL, ANTIFUNGO, ANTI-UV E ANTIOXIDANTE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER EMPASTADO COM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA E LATERAIS SELADAS A QUENTE. SISTEMA DE FIXAÇÃO ENTRE CABECEIRA/TELA ATRAVÉS DE PRESILHA E PARAFUSOS PARA PLÁSTICO FLANGEADO RI ZINCADO BRANCO MEDINDO CADA 3,5X12MM, SENDO UM TOTAL DE TRINTA (30) NESTA MEDIDA, QUINZE (15) PARAFUSOS PARA CADA PRESILHA, ENTRE CABECEIRA/TUBO, ATRAVÉS DE PARAFUSOS PARA PLÁSTICO FLANGEADO RI ZINCADO BRANCO, MEDINDO CADA 4,0 X 14MM, SENDO UM TOTAL DE 8 NESTA MEDIDA, 4 PARAFUSOS PARA CADA TUBO, ENTRE PÉ DE APOIO/ TUBO, ATRAVÉS DE SUPORTE FIXO, TRAVA E PARAFUSOS PARA PLÁSTICO FLANGEADO RI ZINCADO BRANCO, MEDINDO CADA 4,00 X14MM, SENDO UM TOTAL DE 4, 2 PARAFUSOS PARA CADA TUBO. APRESENTAR JUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇOS RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, DO IMPACTO IZOD EM MATERIAL POLIMÉRICO DAS CABECEIRAS E PÉS DE APOIO ARTICULÁVEL DA CAMINHA EMPILHÁVEL COM RESISTÊNCIA MÉDIA AO IMPACTO IGUAL OU MAIOR QUE 205 J/M EM NOME DA MARCA COTADA NA PROPOSTA. A CAMINHA EMPILHÁVEL É COMPOSTA POR MÓDULOS, ESTE SISTEMA PERMITE QUE TODOS OS SEUS COMPONENTES SEJAM REPOSTOS. FAIXA ETÁRIA: 2 À 5 ANOS, ATÉ 55KG. COMPRIMENTO: 1,26M, LARGURA 59CM E ALTURA 12CM.	332,00	6.640,00
20	40	CJ	CONJUNTO DE REFEITÓRIO EMPILHÁVEL INFANTIL , COMPOSTO POR: 01 MESA PARA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL. ESTRUTURA EM TUBO 20X40MM (CHAPA 1,2MM). PINTURA COM TINTA EPÓXI-PÓ NA COR VERDE ESCOLAR. TAMPO EM MDF DE 25MM, REVESTIDA EM LAMINADO DECORATIVO DE ALTA PRESSÃO POST FORMING 90º NA COR MARFIM LISO TEXTURIZADO NO SENTIDO LONGITUDINAL E FITA DE BORDA NA MESMA COR NO SENTIDO TRANSVERSAL COMPRIMENTO: 2000MM ; LARGURA: 700MM; ALTURA: 660MM – 02 BANCOS PARA REFEITÓRIO EMPILHÁVEIS. ESTRUTURA EM TUBO 20X40MM (CHAPA 1,2 MM). PINTURA COM TINTA EPÓXI-PÓ NA COR VERDE ESCOLAR. ASSENTO EM MADEIRA MDP 25MM , REVESTIDA EM LAMINADO DECORATIVO DE ALTA PRESSÃO POST FORMING 90º NA COR MARFIM LISO TEXTURIZADO NO SENTIDO LONGITUDINAL E FITA DE BORDA NO SENTIDO TRANSVERSAL COMPRIMENTO: 1900MM ; LARGURA: 300MM; ALTURA: 300MM	1.138,00	45.520,00
21	40	CJ	CONJUNTO DE REFEITÓRIO EMPILHÁVEL , COMPOSTO POR: 01 MESA PARA REFEITÓRIO EMPILHÁVEL. ESTRUTURA EM TUBO 20X40MM (CHAPA 1,2MM). PINTURA COM TINTA EPÓXI-PÓ NA COR VERDE ESCOLAR. TAMPO EM MADEIRA MDF DE 25MM, REVESTIDA EM LAMINADO DECORATIVO DE ALTA PRESSÃO POSTFORMING 90º NA COR MARFIM LISO TEXTURIZADO NO SENTIDO LONGITUDINAL E FITA DE BORDA NA MESMA	1.203,00	48.120,00

900X750X450MM (L...					
0009	BALCÃO DUAS PORTAS QUATRO GAVETAS - BALCÃO MEDINDO 1...	Não Participa	↓ R\$ 629,95	--	  
0010	BANCO DE JARDIM PRODUZIDO EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA...	Não Participa	↓ R\$ 558,00	--	  
<< 1 2 3 4 5 >>					
					Total de Registros: 41
					Recursos Contrarrazões

Chat

- 22/06/2021 15:57:09 - Sistema - O fornecedor Achei Industria de Moveis Para Escritorio Ltda foi rejeitado para o item 0031 pelo pregoeiro.
- 22/06/2021 15:56:35 - Sistema - O item 0019 tem como novo arrematante Vinicius do Amaral Rolândia com valor unitário de R\$ 190,00.
- 22/06/2021 15:56:35 - Sistema - Motivo: Conforme laudo enviado pela equipe técnica.: "Amostra Reprovada - não possui a quantidade de pés solicitada (12). E a resistência mecânica comprovada do produto é inferior a solicitada em edital."
- 22/06/2021 15:56:35 - Sistema - O fornecedor ALFABRINK COMERCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP foi rejeitado para o item 0019 pelo pregoeiro.
- 22/06/2021 15:55:03 - Sistema - A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
- 05/05/2021 08:46:07 - Pregoeiro - Informo que a situação será regularizada após a fase de amostras, nesse momento o sistema não permite desclassificação.
- 05/05/2021 08:45:39 - Pregoeiro - Prezados licitantes, Informo que a licitante JONATAN ZAMBOM BORGES solicitou, via e-mail, sua desclassificação para o item 13. Assim, visando a celeridade processual, solicito a licitante Achei Industria de Moveis Para Escritorio Ltda (segunda colocada) para que faça o envio da proposta readequada bem como a documentação pertinente do item.

[Voltar](#)



Instituto Lab System de Pesquisas e Ensaios LTDA.

Relatório de Ensaio (RAE)

N.º 15121019

Pág.: 1 / 4

Data de emissão: 25/10/2019

1 – Solicitante: Lavs Ind. e Com. de Artigos Educativos Ltda - ME

CNPJ: 11.766.884/0001-06

Endereço: Rodovia RS 240, 1099

Complemento: ---

Cidade /Estado: Portão / RS

Fone: (51) 3106-9015

Fax: ---

CEP: 93180-000

N.º S/N

E-mail: lavs3.ind@hotmail.com

1.1 – Interessado: Lavs Ind. e Com. de Artigos Educativos Ltda - ME

CNPJ: 11.766.884/0001-06

Endereço: Rodovia RS 240, 1099

Complemento: ---

Cidade /Estado: Portão / RS

Fone: (51) 3106-9015

Fax: ---

CEP: 93180-000

N.º S/N

E-mail: lavs3.ind@hotmail.com

2 – Produto ensaiado:

Pedido do cliente:		Orçamento:	300819	
		Ordem de serviço:	15121019	
Item	Descrição:	Faixa etária	Quantidade ensaiada:	
1	Cama empilhavel	---	01 – Ensaio mecânico	
Data de realização do(s) ensaio(s):		Início:	24/10/2019	Término: 25/10/2019

3 – Metodologia(s) Utilizada(s)

Ensaio realizado conforme metodologia solicitada pelo cliente, com massa de empilhamento inicial sobre a amostra com 50 kg e massa final de 300 kg. Foi sobreposta a carga de 300 kg por um período de 24 horas, com objetivo de avaliar a carga máxima de trabalho sobre a mesma.

4 – Instrumentos / Equipamentos utilizados:

Código	Descrição	Certificado	Validade
DE 228/A	Massa de 25 kg	M03604-19	30/11/2022
DE 228/B	Massa de 25 kg	M03605-19	30/11/2022
DE 228/F	Massa de 29 kg	M05065-19	31/05/2023
DE 267	Massa de 50 kg	MA_299_07_18	31/07/2021
DE 456	Massa de 20 kg	M03337-18	31/05/2021
DE 269	Massa de 35 kg	MA_276_10_18	31/10/2021

DE 455	Massa de 10 kg	M03336-18	31/05/2021
DE 110	Massa de 100 kg	MA_005_07_19	31/07/2022

5 – Condições Ambientais:

Condições ambientais para condicionamento da amostra (Quando aplicável):					
Temperatura ambiente mínima:	22,6	°C	Umidade relativa do ar mínima:	NA	%
Temperatura ambiente máxima:	24,8	°C	Umidade relativa do ar máxima:	NA	%

6 – Resultados Obtidos dos Ensaios:

Carga Utilizada (kg)	Tempo de ensaio (min)	Ocorreu falhas?
50	30	Não ocorreu
75	30	Não ocorreu
100	30	Não ocorreu
150	30	Não ocorreu
200	30	Não ocorreu
300	1440	Não ocorreu

Itens da Norma	Descrição do(s) ensaio(s)	Resultados
---	Ensaio sobrecarga – Resistência do produto	C

7 - Incerteza de medição no ensaio:

Descrição do ensaio	Incerteza da medição
Ensaio sobrecarga – Resistência do produto	Não considerado

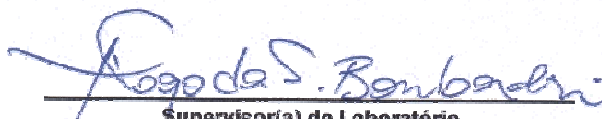
8 – Observações:

- Ensaio aplicado conforme solicitação do cliente, com carga de 50 kg, 75 kg, 100 kg, 150 kg, 200 kg, e analisado a estrutura visualmente a cada trinta minutos.
- Após análise destas cargas, foi realizado o teste com 300 kg por um período de 24 horas. Em seguida realizada avaliação visual e verificado que a estrutura não sofreu qualquer tipo de alteração.

8.1 – Opiniões e interpretações:

Em virtude dos resultados obtidos e analisados as propriedades físicas e mecânicas da cama impilável atendem os requisitos de sobrecarga e resistência do produto exigido pelo fabricante;


Gerente Técnico
Engº Ronnie Peterson Carvalho Bitencourt
CREA 5060958837/D


Supervisor(a) de Laboratório
Thiago da Silva Bombardini

9 - Anexo:



Cama empilhavel



50 kg



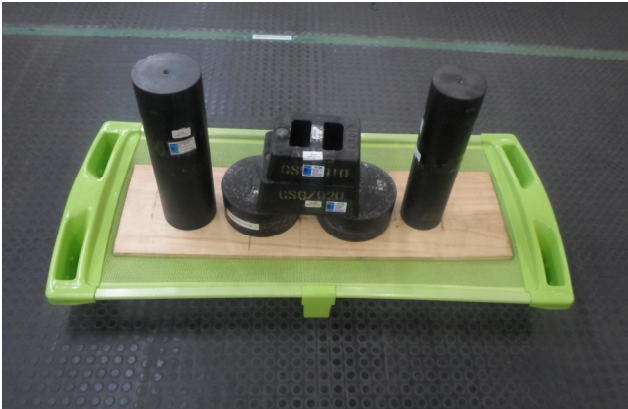
75 kg



100 kg



150 kg



200 kg



300 kg

>>>>>>>>> Final do Relatório <<<<<<<<<<

Lab System



INPI
INSTITUTO
NACIONAL
DA PROPRIEDADE
INDUSTRIAL
Assinado
Digitalmente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CARTA PATENTE Nº BR 202013019086-7

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL concede a presente PATENTE DE MODELO DE UTILIDADE, que outorga ao seu titular a propriedade do modelo de utilidade caracterizado neste título, em todo o território nacional, garantindo os direitos dela decorrentes, previstos na legislação em vigor.

(21) Número do Depósito: BR 202013019086-7

(22) Data do Depósito: 25/07/2013

(43) Data da Publicação Nacional: 10/11/2015

(51) Classificação Internacional: A47D 9/00.

(52) Classificação CPC: A47D 9/005.

(54) Título: DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA APLICADA EM PÉ DE APOIO ARTICULÁVEL

(73) Titular: LAVS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS EDUCATIVOS LTDA., Empresa de Pequeno Porte assim definidas em lei. CGC/CPF: 11766884000106. Endereço: RODOVIA RS - 240, Nº 1099/B - VILA APARECIDA, PORTÃO, RS, BRASIL(BR), 93180-000, Brasileira

(72) Inventor: LUIS ARNALDO VALDES SANCHEZ.

Prazo de Validade: 15 (quinze) anos contados a partir de 25/07/2013, observadas as condições legais

Expedida em: 26/11/2019

Assinado digitalmente por:

Liane Elizabeth Caldeira Lage

Diretora de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados

**“DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA APLICADA EM PÉ DE APOIO
ARTICULÁVEL”.**

O presente modelo de utilidade refere-se a nova disposição construtiva aplicada em pé de apoio articulável, constituído por material termoplástico pelo processo de injeção, composto por um suporte fixo, um pé central, uma trava, um pino de articulação, acentos de borracha e elementos de fixação (parafusos), a ser montado em “cama infantil empilhável, utilizadas em escolas infantis, creches, entre outros locais, de maneira que possam ser empilhadas uma sobre a outra para otimizar espaço.

Atualmente, as “camas infantis empilháveis” conhecidas no mercado, em sua maioria são constituídas por uma tela flexível termoplástica reforçadas lateralmente por dutos metálicos (em aço galvanizado, alumínio ou material similar) a cabeceiras fabricadas em material metálico, madeiras, termoplástico entre outros, que além de unir o conjunto possuem a função de afastar a tela do solo para que a criança possa descansar ou dormir na cama sem ter contato com a umidade do piso. Entretanto, tais “camas infantis empilháveis” podem apresentar como limitação reduzida vida útil, devido à baixa resistência mecânica da região central dos dutos, que acabam muitas vezes ficando deformadas devido aos esforços geradas pelas crianças, quando permanecem deitadas, sentadas ou até mesmo em pé em cima das camas.

O objetivo deste modelo de utilidade vem de maneira eficaz resolver as limitações encontradas nas camas infantis empilháveis anteriormente descritas. Isto é conseguido através de uma nova disposição construtiva aplicada em pé de apoio articulável, quando aplicado em cama infantil empilhável, é capaz de oferecer à mesma, maior apoio e reforço central quando em uso e manter a característica de empilhamento em função do seu inovador sistema de articulação do pé central.

São vantagens do presente modelo de utilidade sobre as demais camas infantis empilháveis conhecidas:

- evitar que as camas possam ser usadas como, por exemplo, “camas elásticas”, pois não flexionam no sentido longitudinal;
- aumentar a vida útil do sistema de união entre cabeceiras e dutos, que

recebem menor esforço durante o uso;

- aumenta a vida útil da solda eletrônica da tela termoplástica ao redor dos dutos;

- evitar desgaste prematuro da cama empilhável infantil;

5 - aumentar a vida útil do produto, bem evitar perda da garantia;

- permitir articulação prática e rápida do pé central no momento do empilhamento.

10 A fim de permitir a plena compreensão da nova disposição construtiva aplicada em pé de apoio articulável proposto, objeto do presente modelo de utilidade, o mesmo passa a ser descrito detalhadamente, com base nas seguintes figuras:

Figura 1 – perspectiva isométrica explodida do pé de apoio articulável;

Figura 2 – perspectiva traseira do pé central do pé de apoio articulável;

Figura 3 – perspectiva isométrica do pé de apoio articulável;

15 Figura 4 – vista lateral do pé de apoio articulável;

Figura 5 – vista superior do pé de apoio articulável;

Figura 6 – secção longitudinal do pé de apoio articulável;

Figura 7 – secção transversal do pé de apoio articulável.

20 De acordo com as figuras de 1 a 7 a nova disposição construtiva aplicada em pé de apoio articulável proposto, objeto do presente relatório descritivo, caracteriza-se por apresentar um suporte fixo (1) dotado do rasgo oblongo superior (1.1), do rasgo longitudinal (1.2), dos furos (1.3), da abertura inferior (1.4) e furos longitudinais (1.5), um pé central (2) dotado dos furos laterais (2.1), do engate (2.2) e dos furos inferiores (2.3), uma trava (5)

25 dotada dos pinos (5.1) com furos inferiores (5.2), um pino de articulação (3) que possui o engate (3.1) e cabeça (3.2), dos acentos de borracha (4) e parafusos (6). A montagem preferencial do pé de apoio articulável ocorre da seguinte forma: sobre o tubo longitudinal (7) da cama infantil empilhável é encaixado o

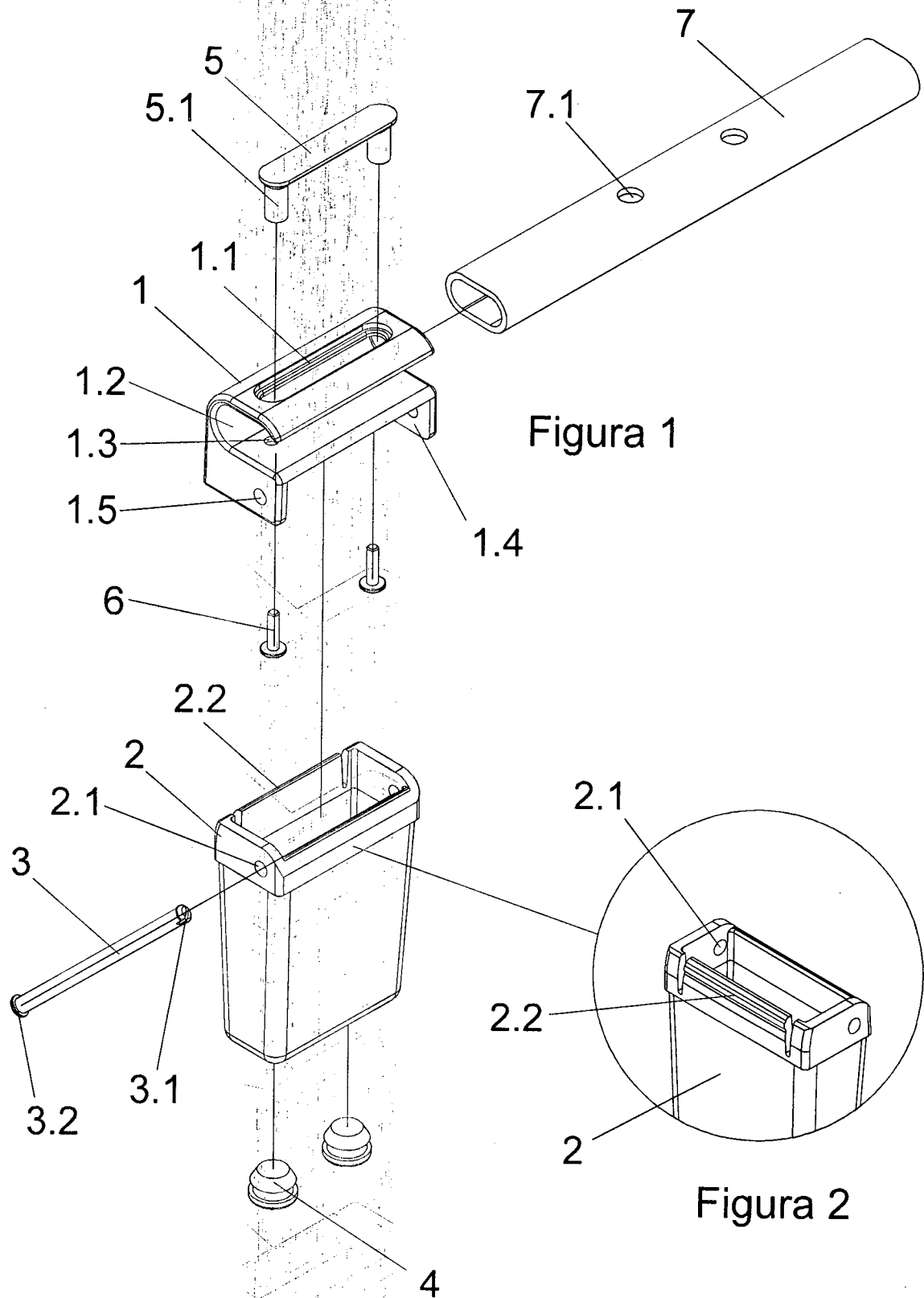
30 suporte fixo (1), por meio do rasgo longitudinal (1.2), que é fixado por meio da trava (5), posicionada no rasgo superior (1.1), e parafusos (6) através dos furos (7.1) pelos furos (1.3). Os parafusos (6) são fixados nos furos inferiores (5.2) existentes nos pinos (5.1) da trava (5) amarrando este conjunto. O pé central

(2) é posicionado na abertura (1.4) do suporte fixo (1) e fixado por meio do pino de articulação (3) que é encaixado nos furos (1.5) e (2.1). O pino de articulação (3) possui para não sair da sua posição, possui o engate (3.1) e a cabeça (3.2). Desta forma quando posicionado na vertical (posição de uso da cama infantil empilhável), o pé central (2) permanece rígido devido à pressão gerada pelo engate (2.2) no detalhe existente na abertura inferior do suporte fixo (1). Para que a cama infantil possa ser empilhável, ou seja, possua menor volume dimensional na região central, o pé central (2) do pé de apoio articulável deve ser dobrado em aproximadamente 90°. Permanecendo nesta posição até que seja realizado deslocamento angular do pé de apoio (2) novamente para a posição vertical ou 0°. Para que o pé central (2) tenha maior aderência ao solo, o mesmo possui os acentos de borracha (4) que são fixados ao pé central (2) através dos furos (2.3).

O presente relatório descritivo refere-se a nova disposição construtiva aplicada em pé de apoio articulável capaz de permitir que a cama infantil empilhável possua maior resistência mecânica na região central e empilhamento com volume reduzido em função do pé de apoio articulável.

REIVINDICAÇÃO

1) DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA APLICADA EM PÉ DE APOIO ARTICULÁVEL, consiste do pé de apoio articulável ser constituído por um suporte fixo (1), compreendido por abertura inferior (1.4) e furos longitudinais (1.5), sendo um pé central (2) dotado de furos laterais (2.1), em que o pé central (2) do pé de apoio articulável deve ser dobrado em aproximadamente 90°; pelo pé de apoio articulável ser dotado de parafusos (6), em que o pé central (2) é fixado por meio do pino de articulação (3); ainda, pelo pino de articulação (3) ser encaixado nos furos longitudinais (1.5) e furos laterais (2.1); ainda, pelo tubo longitudinal (7) da cama infantil empilhável ser encaixado no suporte fixo (1) por meio do rasgo longitudinal (1.2); em que o suporte fixo (1) é **caracterizado por** ter rasgo oblongo superior (1.1), um rasgo longitudinal (1.2) e furos (1.3); pelo pé central (2) ser posicionado na sua abertura inferior (1.4) do suporte fixo (1); pelo pé central (2) ser dotado de engate (2.2) e furos inferiores (2.3); pelos parafusos (6) serem fixados nos furos inferiores (5.2) existentes nos pinos (5.1) da trava (5); um pino de articulação (3) possuir um engate (3.1) e a cabeça (3.2); pelo pé de apoio articulável possuir acentos de borracha (4) e trava (5); pelo pé central (2) possuir os acentos de borracha (4) que são fixados ao pé central (2) através dos furos inferiores (2.3); pelo tubo longitudinal (7) ser fixado por meio da trava (5) posicionada no rasgo oblongo superior (1.1) e parafusos (6) serem posicionados através dos furos (7.1) e pelos furos (1.3).



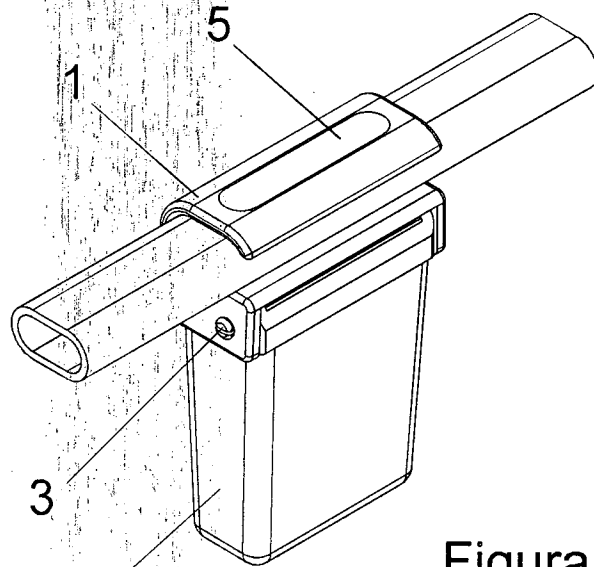


Figura 3

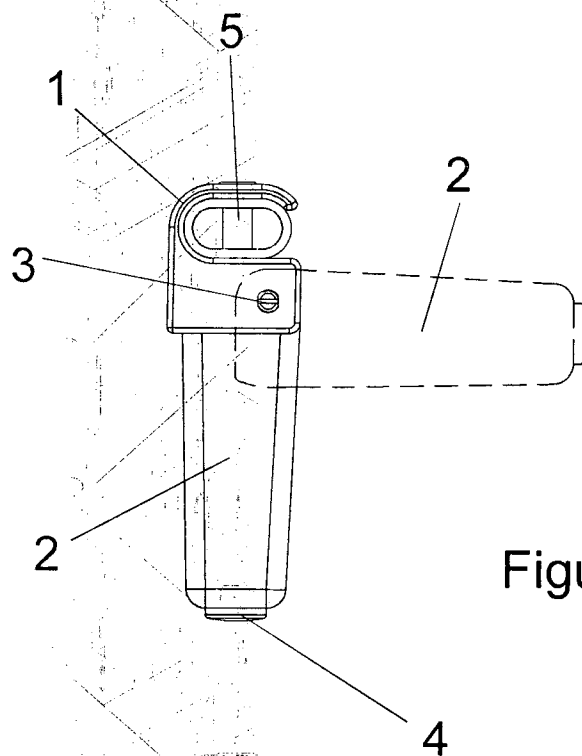


Figura 4

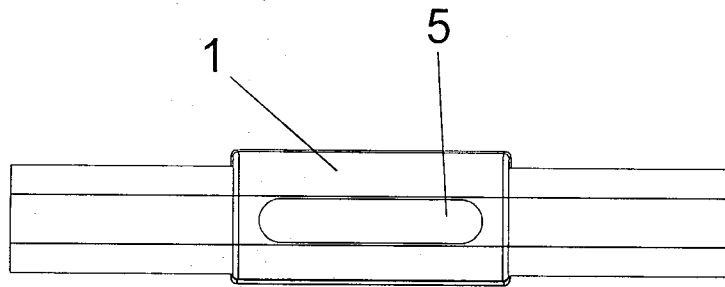


Figura 5

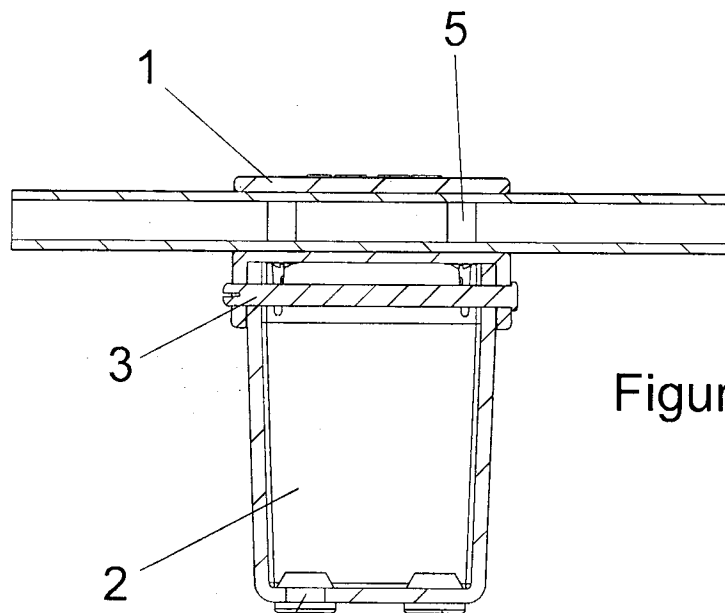


Figura 6

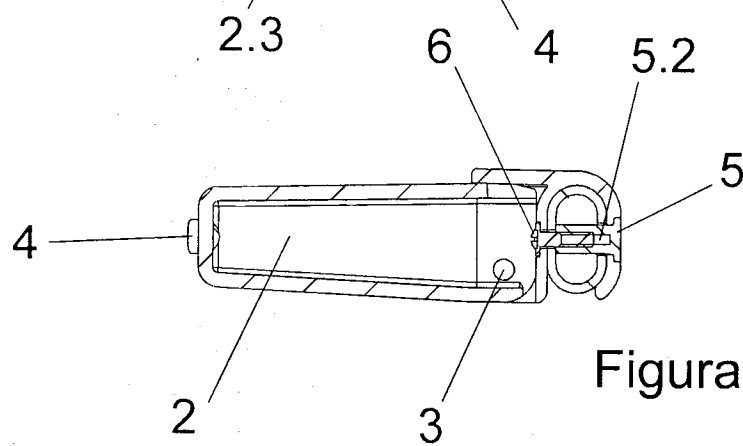


Figura 7